

A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO RIBEIRA, PARANÁ, BRASIL

Juliana Carla Muterlle¹
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha²

Resumo

O trabalho visa o entendimento sobre o processo de territorialização da agroecologia como elemento da política de desenvolvimento rural sustentável, no Território Rural do Vale do Ribeira, Estado do Paraná, Brasil. A partir de 2005, ocorre a implementação desse Território, proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Um dos objetivos desse programa é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados. Nesse sentido, torna-se importante analisar o processo de desenvolvimento da Agroecologia, através de entrevistas realizadas com os agricultores e a análise da proposta do MDA. A agroecologia é considerada um elemento importante de inovação em áreas rurais, colaborando no processo de desenvolvimento rural de forma mais sustentável. O desenvolvimento territorial como uma nova concepção de desenvolvimento requer a discussão dos conceitos de desenvolvimento, território e desenvolvimento territorial, o que vem auxiliar a entender o processo de territorialização da agroecologia no Território Rural do Vale do Ribeira.

Palavras-chave: agroecologia, desenvolvimento, território.

1 Mestranda em Gestão do Território, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, estado do Paraná Brasil. Professora da Rede Pública de Ensino. E-mail: julianamuterlle@yahoo.com.br
2Professor Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: llagc2@yahoo.com.br

Introdução

Para uma parcela significativa da sociedade, discutir sobre o espaço rural é falar em atraso. Isso é uma verdade ou um mito? A agricultura familiar apresenta sinais de desenvolvimento? Entender que “desenvolvimento” não é sinônimo de “desenvolvimento econômico” é um passo importante para verificar a possibilidade de que esse ocorra nos espaços rurais, nos quais a agricultura familiar está presente.

A aplicabilidade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento depende do conhecimento que se tem do território. É necessário analisar seu potencial endógeno e respeitar os atores sociais que fazem parte desse território. Cada território apresenta suas especificidades e estas devem ser respeitadas mediante qualquer projeto voltado ao desenvolvimento local.

Assim, analisar o processo de adoção da agroecologia para a agricultura familiar como elemento da política de desenvolvimento rural sustentável do Ministério do Desenvolvimento Agrário, implementada no Vale do Ribeira, torna-se um desafio. Essa política pública para o desenvolvimento territorial rural, teve início em 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), levando à formação dos Territórios Rurais, que são áreas geograficamente definidas, compreendendo tanto o campo como a cidade.

A análise do processo de territorialização da agroecologia leva a discussão da concepção do desenvolvimento territorial como uma nova proposta de desenvolvimento, relacionando a política pública para os Territórios Rurais na tentativa de promover o desenvolvimento territorial.

Para entender o processo de territorialização da agroecologia no Território Rural do Vale do Ribeira, estado do Paraná optou-se em entrevistar os agricultores agroecológicos que estão cadastrados na Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), fazendo parte da Rede Ecovida. Esses agricultores apresentam certificado de produção agroecológica. Considerando que a pesquisa está em andamento, foram entrevistados aproximadamente 10% desses agricultores. Além das entrevistas, há a pesquisa bibliográfica, análise de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e MDA e os dados colhidos em participações nas reuniões do Conselho do Território.

O desenvolvimento territorial como uma nova concepção de desenvolvimento

O Território Rural do Vale do Ribeira (Imagem 1), estado do Paraná, corresponde a uma área de aproximadamente seis mil quilômetros quadrados. A região esteve historicamente isolada, principalmente por seu relevo dobrado, parte dele entalhado pelo rio Ribeira, o que compõe uma paisagem montanhosa recente. (MAACK, 2002, p. 405)

Imagem 1 - Território Rural do Vale do Ribeira – Paraná

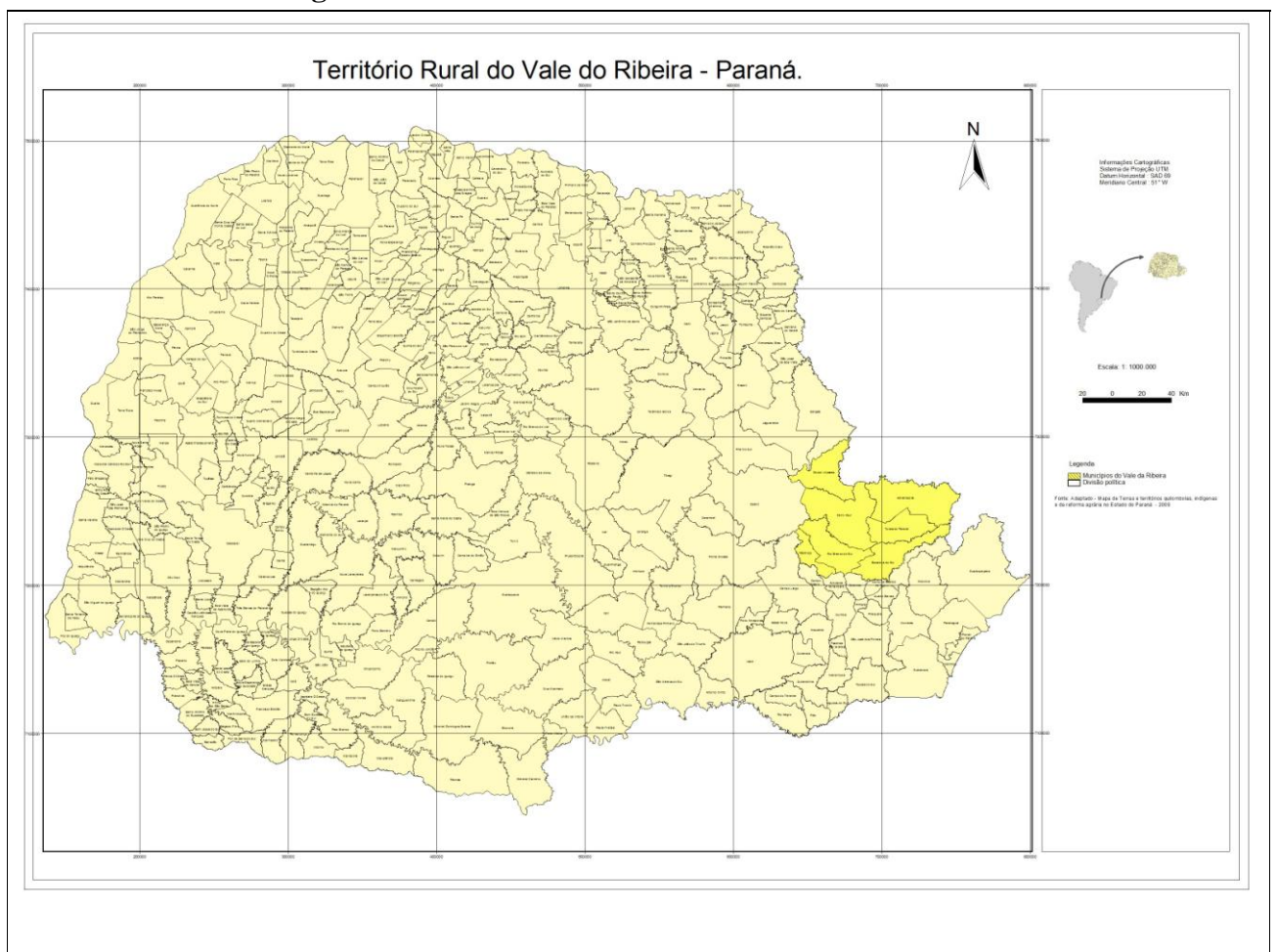


Imagem organizada por ARANA, 2010.

Localiza-se ao norte de Curitiba, capital paranaense, e apresenta uma população de aproximadamente 99.319 habitantes, dos quais 44.416 (44,76%) vivem na área rural, sendo que parte dessa população trabalha com a agricultura familiar. (IBGE, 2000) Dos 302 907 estabelecimentos que desenvolvem a agricultura familiar, no estado do Paraná,

de^r acordo com a Lei 11 326³, 5.996 estabelecimentos encontram-se no Vale do Ribeira, ocupando uma área de 59.839 ha. Esses estabelecimentos apresentam um número maior em relação aos “Não Familiares” que contam com 902 estabelecimentos. Os dados podem ser analisados na tabela abaixo, a qual destaca os municípios que formam o Território Rural do Vale do Ribeira⁴, juntamente com os dados do Paraná e Brasil.

Tabela 01 – Estabelecimentos rurais

	Agricultura Familiar Lei 11 326		Não Familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940
Paraná	302.907	4.249.882	68144	11.036.652
Território Rural do Vale do Ribeira	5.596	59.839	902	156.891
Adrianópolis	826	7.064	117	37.989
Bocaiúva do Sul	344	4.693	146	19.160
Cerro Azul	1.949	23.411	301	28.229
Doutor Ulysses	574	9.376	82	36.520
Itaperuçu	209	2.540	26	2.235
Rio Branco do Sul	1.481	10.980	207	14.330
Tunas do Paraná	213	1.775	23	18.428

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário/2006

Dados disponíveis em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm. Acesso: 05 jan. 2011

Analisando os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios paranaenses, constatou-se que no *ranking* os municípios do Vale do Ribeira variam entre as posições 273^o ao 398^o lugar, sendo que o estado é formado por 399 municípios.

3 Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, qual seja: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada dessas atividades; e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm. Acesso: 05 jan. 2011.

4 Os municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná compõem o Território Rural do Vale do Ribeira.

Exemplificando essa análise o município de Bocaiúva do Sul apresenta o maior IDH da região com 0,719 e o menor IDH com 0,627 fica para o município de Doutor Ulysses. Segundo dados disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a região apresenta um dos menores IDH do estado, variando os níveis de pobreza, de críticos a elevados. (PNUD, 2000)

Devido às características desses municípios, que apresentam um maior número de estabelecimentos praticantes da agricultura familiar e que apresentam um baixo IDH, eles acabaram por fazer parte das políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural, do governo Luiz Inácio Lula da Silva, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o que levou à formação dos Territórios Rurais. No Brasil, atualmente há 164 territórios rurais, dos quais sete estão localizados no estado do Paraná, entre eles o do Vale do Ribeira.

Analisar as políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural, implica em entender o conceito de desenvolvimento. Para Maluf (2000), desenvolvimento é visto como um projeto ao mesmo tempo em que se torna um processo, respeitando as particularidades da comunidade, sua identidade e sua cultura.

Portanto, mudança e transformação fazem parte do conceito de desenvolvimento. A palavra em si *desenvolvimento* é carregada de “juízos de valor”, só entendido em determinadas sociedades, as quais têm o desejo da transformação ou a busca por mudanças, nem todas as sociedades apresentam esse desejo é o caso de algumas tribos indígenas. Assim, falar em desenvolvimento é defender os interesses capitalistas. (SOUZA, 1996, p. 4)

As questões relacionadas ao desenvolvimento acabam por se apresentarem sob a forma de pequenos e grandes desafios em diferentes escalas. Os atores sociais acabam por defenderem o território, “enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de uma liberdade de ação.” (SOUZA, 2007, p. 110).

Portanto, o território não é um *receptáculo geográfico neutro*, seu destino depende da capacidade de criação de riquezas que a própria interação entre os atores sociais é capaz de organizar. (ABRAMOVAY, BEDUSCHI, 2004, p.44)

O uso do termo *território* passa por uma ressignificação, entendido como unidade de planejamento e gestão. Abramovay (2000) discute a proposta da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) sobre o conceito de

território em que a

(...) idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. (ABRAMOVAY, 2000, p. 22)

Schneider apresenta uma visão da questão social do território, salientando que o território não é apenas um espaço físico, mas corresponde a uma construção social, um conjunto de relações sociais que se originam e se expressam através de uma identidade é

(...) um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados. A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. (SCHNEIDER, 2004, p. 99).

Para estabelecer políticas públicas embasadas na realidade da área em que se pretende atuar, torna-se fundamental respeitar as especificidades, necessidades, a realidade, seus recursos e acima de tudo os sujeitos que fazem parte dessa realidade. A elaboração dessas políticas públicas deve estar voltada a promoção do desenvolvimento rural, pois dificilmente ele ocorrerá de forma espontânea. (BOISIER, 1999, ABRAMOVAY, 1998).

A elaboração dos projetos de desenvolvimentos deve considerar a escala de abrangência. Um projeto destinado a uma região metropolitana, não é o mesmo daquele direcionado a uma pequena cidade ou ao campo. “Devem-se considerar recortes espaciais, que resultam em regiões diferenciadas também no nível sócio-econômico,

político-cultural e tecnológico (...)”. (CUNHA, 1998, p.107)

A política dos territórios rurais como opção pela concepção de desenvolvimento territorial

A abordagem definida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para território, confere-se à estratégia de apoio ao desenvolvimento rural. A implementação do Território Rural, proposta pelo governo federal envolve algumas ações e estratégias voltadas à promoção do desenvolvimento. Dentre os objetivos propostos nas diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), pertencente ao MDA, consta a priorização da redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados.

No Brasil, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial enfatizam

(...) a melhoria da qualidade e a agregação de valor aos produtos locais, a diversificação de atividades produtivas (inclusive as não agrícolas) e a inovação tecnológica e gerencial, como estratégias para se alcançar melhorias significativas na eficiência e na competitividade sistêmica ou territorial. Pode-se destacar também o uso de tecnologias que demandem maior ocupação das pessoas em atividades produtivas, mas com atenção à qualidade de vida dos trabalhadores e aos seus direitos trabalhistas, sociais e previdenciários. (SDT, 2010)

O governo federal utiliza o termo território para designar uma área por ele determinada para a aplicação de políticas públicas. Essas políticas tendem a beneficiar diferentes atores sociais, dentre eles os agricultores familiares. A definição proposta pelo MDA (2005) para Território Rural leva às estratégias voltadas ao desenvolvimento dessas áreas geograficamente definidas, compreendendo tanto o campo como a cidade e caracterizadas nas dimensões ambientais, sociais, culturais, econômicas e políticas.

Considerando o território

(...) um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a

cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA, 2005)

A proposta do governo federal é promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Para a consolidação dessas estratégias, é fundamental a participação social e a integração entre Governo Federal, Estado e Municípios.

As políticas públicas do MDA propõem várias ações voltadas ao desenvolvimento dos territórios rurais. Entre essas ações, a agroecologia encontra-se inserida, como uma das propostas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Há atores sociais que participam das discussões sobre o desenvolvimento do Vale do Ribeira, o que não se resume apenas aos agricultores familiares, mas amplia-se através de ONGs, do poder público, das instituições de ensino e pesquisa e do Conselho Gestor do Território⁵. Em entrevista⁶ com o assessor técnico do Território Rural do Vale do Ribeira, foi possível identificar alguns problemas/ situações enfrentadas pelos pequenos agricultores. Esses problemas vão desde falta ou precariedade de assistência técnica, técnicas defasadas ou impróprias para o desenvolvimento das atividades agrícolas, até questões vinculadas ao planejamento: “o que e como produzir.” As demandas e necessidades são estudadas pelo Conselho do Território, o Núcleo Técnico e as Câmaras Temáticas, que são formados pela sociedade civil e por membros do governo. A sociedade civil colabora no estudo das necessidades/ prioridades, e o governo municipal gerencia os recursos proveniente do MDA.

Outro problema é a falta de recursos financeiros para investir na propriedade ou falta de conhecimentos de como buscar estes recursos junto às instituições de crédito, tanto federais como cooperativas locais e estaduais, até mesmo as dificuldades em

5 Através da 1ª Conferência Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável realizada em 2006, no município de Registro, estado de São Paulo, foi possível constatar o universo que compõe esses atores sociais que discutem sobre o desenvolvimento do Vale do Ribeira. Essa Conferência faz parte das atividades do Projeto Vale do Ribeira Sustentável, que vem sendo executado na região desde 2005, pelo IDESC – Instituto para o Desenvolvimento e Cidadania do Vale do Ribeira, através de Convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em http://www.idesc.org.br/arquivos/docs/sintese_agenda21.pdf. Acesso: 21 jul. 2010.

6 Entrevista realizada 30/11/2010, na cidade de Rio Branco do Sul, estado do Paraná.

superar a burocracia imposta pela busca desses recursos.

Para a aquisição de crédito é necessário cumprir algumas exigências estabelecidas. Nem todos os agricultores conseguem obter recursos provenientes do sistema bancário ou dos programas de governo, sendo a organização dos agricultores fundamental para solucionar essa dificuldade. Segundo Abramovay, a

(...) solução para este problema não está na criação de um sistema creditício estatal, à margem do sistema bancário e que suprima a própria noção de risco, mas na organização social que possa tanto pressionar o sistema bancário a conceder crédito, como favorecer o surgimento de formas coletivas de redução dos riscos como os fundos de aval ou o aval solidário aos empréstimos. As cooperativas de crédito – que vêm crescendo no Sul do País – são também um meio de contrabalançar os custos de transação pela organização local. (ABRAMOVAY, 1998, p. 15)

A CRESOL, Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, atuante no estado de Santa Catarina e Paraná, possibilita a aquisição de crédito pelos agricultores familiares. A CRESOL instalou-se nos municípios de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, atuando no Vale do Ribeira. Sua proximidade com os agricultores auxilia no planejamento, na captação de recursos e na comercialização, definindo estratégias de venda. O diretor-presidente da CRESOL de Rio Branco do Sul incentiva os agricultores a praticarem uma agricultura voltada aos princípios da agroecologia, além de motivar a busca de recursos visando a melhoria das propriedades.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário também disponibiliza auxílio financeiro, por meio de algumas ações como a formação dos agricultores, ampliando seus conhecimentos com o objetivo de aplicar técnicas diferenciadas para o desenvolvimento de uma agricultura que apresente um baixo investimento financeiro e uma maior produtividade.

A agroecologia e a política de territórios rurais no vale do ribeira – estado do Paraná – Brasil

É possível visualizar uma nova forma de praticar a agricultura, contrapondo-se à

agricultura moderna⁷. A agricultura alternativa diferencia-se da agricultura convencional pelo uso de insumo e busca pelo equilíbrio do sistema ambiental, conjuntamente aos conhecimentos, considerados *antigos* pelos agricultores. Gomes enfatiza a articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes cotidianos (conhecimentos tradicionais ou *antigos*), considerando além da sabedoria dos agricultores, adquirida com a experiência e o tempo, sua relação com a natureza. Apesar da complexidade em articular os conhecimentos, científico e cotidiano, eles fortalecem o desenvolvimento da agroecologia e colabora na construção de programas voltados ao desenvolvimento sustentável. (GOMES, 1999, p.10)

A busca por alternativas que viabilizem novas formas de produção, leva agricultores a assumir novos desafios, reestruturando suas propriedades dentro dos princípios da agroecologia. O processo de territorialização da agroecologia no Vale do Ribeira ocorre de forma gradativa. Os que defendem essa forma de produção repassam as informações e colaboram na certificação do produtor que decide em mudar a forma de produzir.

Em visita a uma propriedade no município de Itaperuçu/ PR foram constatadas algumas mudanças no pensar e no agir sobre a terra. Há a perspectiva de mudar o rumo da produção, a forma de produzir e comercializar. O agricultor entrevistado relatou a importância em decidir sobre o que plantar, libertando-se da produção integrada que o mantinha atrelado a uma grande empresa alimentícia, a qual definia o que deveria ser plantado e a entrega da produção. A vantagem de se manter em parceria com a empresa era a garantia de recebimento da comercialização da produção, a principal desvantagem era o enfraquecimento do solo. Houve, então, a decisão de reestruturar a propriedade de pequeno porte e com um relevo acidentado, buscando ajuda técnica e optando pela produção orgânica, dentro dos princípios da Agroecologia. Assim como esse agricultor, muitos outros recebem curso de formação para enquadrarem suas propriedades dentro da Agroecologia, praticando assim uma agricultura mais limpa.

O que seria esta agricultura mais limpa? Alves (2008) defende a implantação de uma agricultura que permita o desenvolvimento de produtos com mais qualidade, livre

7 No século XVIII, teve início a Agricultura Moderna com a 1ª Revolução Agrícola, que se caracterizou pela aproximação das atividades agrícolas e pecuárias, a rotação de cultura, o abandono do pousio. O século XIX foi marcado com a 2ª Revolução Agrícola, destacando-se pela inovação tecnológica e adubação química. A intensificação das descobertas científicas e inovações tecnológicas culminaram em 1970 com a Revolução Verde, cujo objetivo era promover a melhoria dos índices de produtividade. (EHLERS, 2008)

de agrotóxicos. Essa estrutura permite a utilização de baixa tecnologia, porém o agricultor deve estar munido de informação, o que lhe permite o desenvolvimento da atividade. Conseqüentemente aumenta a qualidade do ambiente e a qualidade de vida dos agricultores que desenvolvem essa agricultura.

É de suma importância a concretização de uma agricultura mais limpa, que utilize formas alternativas de produção, empregando menos insumos externos, de forma menos agressiva ao meio ambiente. O sucesso da agricultura alternativa depende de alguns fatores, como os consumidores

(...) sobretudo aqueles mais sensibilizados com os problemas ambientais, com maior grau de escolaridade e com maior poder aquisitivo, passam a valorizar os produtos genericamente denominados de orgânicos, surgindo novos nichos de mercado que passam a ser atendidos por produtores rurais que substituíram ou abandonaram o sistema convencional de produção por outros menos agressivos ao meio ambiente e ao homem. (HESPANHOL, 2008, p. 121)

A agroecologia é considerada um elemento importante de inovação em áreas rurais, uma vez que colabora no processo de desenvolvimento rural de forma mais sustentável. Os agricultores necessitam de informações técnicas para o seu desenvolvimento, pois apesar de exigir baixa tecnologia, esse processo é considerado complexo. (ALVES, 2008).

Saquet afirma que

(...) a agroecologia nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social, proporciona melhores condições econômicas para os agricultores, aliada à segurança alimentar dos próprios produtores e consumidores em geral. (SAQUET, 2008, p. 143)

Saquet (2008) reforça os pontos positivos em relação ao desenvolvimento da agroecologia, na qual há uma valorização dos produtos agropecuários, a qualidade dos alimentos produzidos, a saúde dos produtores e da população de maneira geral.

Há que se pensar a implementação da agroecologia no processo de desenvolvimento rural sustentável, no Território do Vale do Ribeira. Para tanto, é necessário verificar os conhecimentos dominados pelos agricultores, a aplicação de

técnicas adequadas para o desenvolvimento da agricultura voltada à sustentabilidade considerando, para tanto, a atuação da assistência técnica, como a EMATER, dada aos agricultores.

Em entrevistas realizadas com três membros do Conselho do Território Rural percebe-se o incentivo aos agricultores em produzirem de acordo com os princípios agroecológicos. Transformar uma área dentro dos princípios da agroecologia requer tempo e muito trabalho. O processo de transição de uma propriedade convencional para uma agroecológica leva de três a cinco anos para efetivar-se, conseqüentemente, muitos agricultores não conseguem esperar pelos resultados e interrompem o processo de transição. Nesse momento é necessário o incentivo e apoio financeiro para que o processo tenha continuidade. (ALTIERI, 2009, SAQUET, SOUZA, SANTOS, 2010)

Além da produção dentro dos princípios da agroecologia é necessário garantir a comercialização dessa produção, o que requer algumas estratégias para conquistar os consumidores, repassando informações sobre as vantagens desses produtos em relação aos produtos convencionais. As estratégias para a venda direta vão desde a organização de feiras até a comercialização com supermercados. É fundamental adotar mais de um canal de comercialização para diversificar os ganhos para o agricultor. Outro fator a ser considerado quanto aos produtos provenientes da agroecologia é o processo de certificação, que garante a forma como ocorre a produção. (DARLOT, 2003)

A certificação para esses produtos é uma exigência do mercado consumidor. Para obtê-la, o agricultor pode optar em pagar anualmente por ela ou participar de alguma associação, reduzindo o custo dessa certificação. A Rede Ecovida⁸ faz o trabalho de certificação participativa, o que garante a qualidade do produto ecológico. A elaboração e verificação das normas de produção ecológicas são realizadas com a participação de agricultores e consumidores. A Associação Ecovida está credenciada junto ao Ministério da Agricultura (MAPA), para o processo de certificação dos produtos ecológicos. (ECOVIDA, 2011)

A rede Ecovida é formada por vinte e quatro núcleos localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No estado do Paraná, estão sete deles. Esse artigo destaca o Núcleo Maurício Burmester do Amaral, cuja assessoria é realizada pela

8 A rede Ecovida reúne agricultores familiares, técnicos e consumidores, organizados em associações, cooperativas e grupos informais, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia. Disponível em www.ecovida.org.br/?sc=SA0028&stp=STP0002. Acesso: 01 fev. 2011.

Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), formada por dezenove grupos de agricultores associados, dentre os quais, quatro (tabela 2) localizam-se no Território Rural do Vale do Ribeira e Região Metropolitana de Curitiba.

Tabela 2 – Agricultores associados ao Núcleo Maurício Burmester do Amaral

Grupo	Municípios	Número de agricultores
Amigos	Cerro Azul	04
		04
Dois Pinheiros	Colombo	01
	Bocaiúva do Sul	01
	Rio Branco do Sul	09
		11
Sabugueiro	Adrianópolis	01
	Bocaiúva do Sul	04
	Colombo	9
	Curitiba	01
		15
Sertaneja	Cerro Azul	09
		09
Total		39

Fonte: Tabela organizada por MUTERLLE, 2011, dados fornecidos pela AOPA, 2011.

Transformar uma propriedade de convencional para agroecológica requer muito trabalho, estudo, dedicação e inúmeras discussões. Analisando a **Tabela 02**, dos trinta e nove (39) agricultores, apenas vinte e oito (28) fazem parte do Território Rural do Vale do Ribeira, sendo um (01) em Adrianópolis, cinco (05) em Bocaiúva do Sul, treze (13) em Cerro Azul e nove (09) em Rio Branco do Sul. Nos 5.596 (tabela 1) estabelecimentos voltados à agricultura familiar no Território Rural do Vale do Ribeira, há apenas vinte e oito agricultores voltados à produção agroecológica, ou seja, um número bem reduzido.

Considerações finais

As propostas dirigidas ao desenvolvimento teriam maior significado quando partisse dos agricultores para o poder público (governo federal, estadual e municipal), ou seja, com a participação da sociedade, respeitando os atores sociais que a formam.

Uma proposta viável de desenvolvimento requer o conhecimento das especificidades – questões políticas, culturais, econômicas – da área que se pretende

atuar. A escala é outro elemento importante a ser considerado na elaboração de um diagnóstico preciso sobre a área de implementação de um projeto de desenvolvimento. Um exemplo de escala são os Territórios Rurais, definidos a partir das políticas públicas do governo federal, objetivando o desenvolvimento territorial rural e a melhoria na qualidade de vida.

A agroecologia é um elemento importante de inovação em áreas rurais e colabora com o processo de desenvolvimento rural de forma mais sustentável. Além disso, é um dos elementos que compõe as ações voltadas ao desenvolvimento territorial rural proposto pelo governo federal. Para seu desenvolvimento, os agricultores necessitam de informações técnicas, pois, apesar de exigir baixa tecnologia, esse processo é considerado complexo. A agroecologia consiste em um novo paradigma de desenvolvimento rural, unindo os conhecimentos e experiências de distintos atores sociais ao potencial endógeno. Partindo do local, diagnosticando e verificando as potencialidades, criam-se estratégias voltadas ao desenvolvimento rural. (CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2006)

Apesar de ser considerada um novo paradigma para o desenvolvimento rural, foi possível constatar um número reduzido de agricultores agroecológicos, localizados no Território Rural do Vale do Ribeira. São poucos os que se disponibilizam a reestruturar suas propriedades, mudar as atitudes e enfrentar os desafios impostos pela agroecologia. Associações como a AOPA, a Rede Ecovida, o Conselho do Território entre outros se empenham no trabalho de informação e formação dos agricultores. Assim, foi possível constatar que o desenvolvimento territorial rural só é possível através do conhecimento da área e do respeito aos atores sociais que fazem parte dela e a articulação entre todos: atores sociais, associações, Ongs etc.

Referências

ABRAMOVAY, R.. Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, nº 1, 2, 3, 29, jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro, IPEA, 2000. Disponível em

[HTTP://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0702.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0702.pdf). Acesso: 02 fev. 2009.

ABRAMOVAY, R., BEDUSCHI F^o, L. C.. Desafios para o desenvolvimento das regiões rural. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte: v. 14, n^o 03, set-dez 2004, p.35-70. Disponível em <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n3/140302.pdf>. Acesso: 23 set. 2008.

ALVES, A. F., Conhecimentos convencionais e sustentáveis: uma visão de redes interconectadas. In.: ALVES, A. F., CORRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 63 – 80.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável, 5ª edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BRASIL. Secretaria de desenvolvimento territorial – SDT, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/Gestaosocial>. Acesso: 02 nov. 2010.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://agroecologia.pbworks.com/f/Agroecologia++Novo+Paradigma+EXt+rural+agroeco.pdf>. Acesso: 01 fev. 2011.

CUNHA, L.A.G. Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**, vol.3, n^o 2, Departamento de História, UEPG, Inverno 1998. p. 91-114. Disponível em [http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path\[\]=110](http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=rhr&page=article&op=view&path[]=110). Acesso em: 21 set. 2010.

DARLOT, M. Cenário internacional: situação da agricultura orgânica em 2003. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Darolt%20-%20Atualiza%20Agric%5B1%5D.Org.%20Mundo%202003.pdf. Acesso: 09 set. 2009.

BOISIER, S. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA. n.19, p.305-343. Jun – 1999.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GOMES, J. C.C., As bases epistemológicas da agroecologia. 1999. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/institucional/busca?cx=006027766869131785344%3Aythqh-jrkhc&cof=FORID%3A10&ie=UTF-8&q=bases+epistemol%C3%B3gicas&sa=Buscar#1084>. Acesso: 10 out. 2010

HESPANHOL, R. A. de M.. Agroecologia: Limites e perspectivas. In.: ALVES, A. F., CORRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 117 – 136.

MAACK, R. **Geografia Física, do estado do Paraná**. 3ª ed, Curitiba, Imprensa Oficial, 2002.

MALUF, R. **Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico**, número 15, outubro 2000, 53-86. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=162&vT=da&vA=73>. Acesso: 20 out. 2010.

SAQUET, A. A., Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In.: ALVES, A. F., CORRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs) **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.137 - 153.

SAQUET, M. A., SOUZA, P. De, SANTOS, R. A. dos. Agricultura familiar agroecológica em Itapejara do Oeste - PR, **Revista Anpege**, v.6, 2010, jan/dez.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre: ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>. Acesso: 20 set. 2009

SOUZA, M. L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, n. 1, vol. 1, jul/dez.1996, p. 5-22.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand: Brasil, 2007, p. 77-116.

<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476>. Acesso: 05 set. 2009

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 01 fev. 2009.

<http://www.pnud.org.br>. Acesso: 17 jun. 2010.

www.idesc.org.br/.../Agenda21%20VALE%20%20RIBEIRA%20SUSTENTAVEL.pdf

Acesso: 21 jul. 2010.